

*Divida
Extrema*

Melhor do que parece

* 6 AÇO 1993

JORNAL DA TARDE

É agradavelmente surpreendente a avaliação da economia brasileira feita pelo banqueiro John Reed, presidente do Citicorp, o principal credor particular do Brasil. "As coisas estão melhores do que eu pensava", disse Reed, terça-feira, durante a visita que costuma fazer anualmente ao País. "Antes, a reputação do Brasil lá fora era melhor do que a realidade; hoje, é o contrário."

A observação do presidente do Citicorp torna-se mais relevante se levarmos em conta que ela foi feita um dia depois de o governo brasileiro ter pedido ao comitê dos bancos credores a dispensa do cumprimento de uma obrigação (um **waiver**). Em outros tempos, um pedido desses seria interpretado como mais uma demonstração da incapacidade do governo brasileiro de honrar os compromissos. Desta vez, porém, o pedido — atendido — foi encarado com naturalidade pelos credores, pois é apenas uma medida de ajuste das condições da negociação ao tamanho da dívida brasileira.

Na proposta de negociação apresentada aos credores, o governo brasileiro comprometeu-se a oferecer garantias no valor de US\$ 3,2 bilhões, para uma dívida calculada em US\$ 40 bilhões. No processo de negociação, porém, verificou-se que a dívida está em torno de US\$ 35 bilhões, razão pela qual as garantias não precisam exceder US\$ 2,8 bilhões. O **waiver** destinou-se a fazer esse acerto.

Felizmente para o Brasil não apenas banqueiros como John Reed mas também instituições cujo apoio é indispensável para a normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), entendem que a realidade brasileira é melhor do que nossa reputação lá fora.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, voltou otimista de sua viagem a Washington, durante a qual conversou

com o diretor-gerente, Michel Camdessus, e técnicos do Fundo. Ele acha possível que, mesmo não tendo cumprido o acordo assinado no começo do ano passado com o FMI (pelo qual poderia obter um financiamento de US\$ 2,1 bilhões), o Brasil tem condições de obter outra ajuda do Fundo. Seria um acordo "**stand by** acautelatório", previsto nos estatutos do FMI, que tem exigências iguais às do acordo tradicional, mas não implica a concessão de financiamento. Representaria uma espécie de aval do FMI à política econômica do governo.

Sem esse aval, o governo brasileiro não conseguiria oferecer aos credores a garantia prometida. Essa garantia, agora no total de US\$ 2,8 bilhões, será formada por títulos do Tesouro norte-americano com prazo de 30 anos. Esses títulos, porém, não estão mais sendo emitidos e, para fazer uma emissão especial, certamente o Tesouro dos EUA exigiria alguma garantia do FMI quanto ao programa econômico brasileiro.

Embora seja extremamente difícil para a equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso apresentar aos técnicos do FMI que vêm ao Brasil no final do mês metas confiáveis quanto à inflação, ao déficit público e ao controle da moeda para este ano e para 1994, metas que balizariam o novo acordo, ela tem nas mãos um plano consistente de ajuste do setor público, o Programa de Ação Imediata. Mas, sobretudo, o ministro da Fazenda parece ter conseguido convencer as principais lideranças do Congresso de que, sem uma profunda reforma fiscal, com prioridade para a reforma tributária, não será possível equilibrar as finanças públicas. É o momento, pois, de se começar a elaborar essa reforma, cuja aprovação pelo Congresso certamente facilitará a obtenção do apoio do FMI, com o qual o governo poderá, finalmente, resolver todos os problemas na área financeira externa e habilitar-se para novos créditos do Exterior.